



Escola Superior da Magistratura do Estado do Piauí

# ESMEPI

---

## TESTE SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO T.R.E. PIAUÍ

---

### INFORMAÇÕES GERAIS:

- Neste caderno, consta um conjunto de OITO PÁGINAS, contendo (50) CINQUENTA questões;
- **NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO**

---

### INSTRUÇÕES

---

- **Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão-resposta:**
- Nome, número do CPF, número do documento de identidade, data de nascimento, número de inscrição. Se houver erro, notifique o fiscal;
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão-resposta, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, azul ou preta;
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada;
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato;
- O cartão não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado;
- Não haverá substituição de cartão-resposta.

---

### CADERNO DE QUESTÕES

---

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal;
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão-resposta é de QUATRO HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo;
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão-resposta, entregue ao fiscal este caderno e o cartão de respostas;
- Nas salas de provas, os candidatos não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos;
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da coordenação do seletivo.

1. Assinale o órgão competente para a diplomação dos deputados federais esenadores
  - A) TSE
  - B) TRE
  - C) Juiz eleitoral da capital do estado
  - D) Juiz eleitoral diretor do foro
2. Os Tribunais Regionais Eleitorais são compostos de 7 membros, sendo:
  - A) 3 desembargadores, 2 juízes de direito, 1 advogado e 1 promotor de justiça;
  - B) 2 desembargadores, 2 juízes federais, 2 juízes de direito e 1 advogado;
  - C) 2 desembargadores, 1 juiz federal, 2 juízes de direito e 2 advogados;
  - D) 2 desembargadores, 1 juiz federal, 1 juiz de direito, 1 advogado, 1 procurador da república e 1 promotor de justiça.
3. Assinale a opção correta quanto aos partidos políticos
  - A) seu regimento interno deve ser estabelecido em lei estadual
  - B) podem receber verbas de outros países
  - C) estão proibidos de se coligar com outros nas eleições deste ano
  - D) nenhuma das respostas acima
4. Marque a resposta certa, no que se refere às zonas eleitorais:
  - A) todo município é sede de zona
  - B) todo município tem pelo menos duas zonas
  - C) há município que não é sede de zona, mas não há mais de duas zonas em um só município
  - D) há município que não é sede de zona e há município com mais de uma zona
5. Quem escolhe os juízes de direito para compor os tribunais regionais eleitorais é:
  - A) o Tribunal de Justiça respectivo
  - B) a Presidência da República
  - C) o próprio TRE
  - D) a Associação de Magistrados
6. Não podem alistar-se eleitores:
  - A) os menores de 18 anos
  - B) os analfabetos
  - C) os maiores de 70 anos
  - D) os menores de 16 anos
7. O voto é facultativo para:
  - A) os maiores de 70 anos
  - B) os maiores de 80 anos
  - C) os menores de 21 anos
  - D) os deputados federais e senadores
8. o mandato dos juízes dos tribunais eleitorais é de:
  - A) 2 anos
  - B) 1 ano
  - C) 3 anos
  - D) 4 anos
9. Os recursos ordinários das decisões dos juízes eleitorais são julgados
  - A) pelo TRE
  - B) pelo TSE
  - C) pela Junta Eleitoral
  - D) nenhuma das respostas acima
10. O Representante do Ministério Público Eleitoral que atua nos Tribunais Regionais Eleitoral é
  - A) o Procurador Geral de Justiça do Estado
  - B) o Procurador da República mais antigo no Estado
  - C) o Promotor de Justiça mais antigo no Estado
  - D) nenhuma das respostas acima
11. João, professor constitucionalista, idealizou um modelo constitucional com os seguintes atributos: a primeira parte não poderia sofrer qualquer tipo de alteração, devendo permanecer imutável; a segunda parte poderia ser modificada a partir de um processo legislativo qualificado, mais complexo que aquele inerente à legislação infraconstitucional; e a terceira parte poderia ser alterada com observância do mesmo processo legislativo afeto à legislação infraconstitucional. De acordo com a classificação predominante das Constituições, é correto afirmar que uma Constituição dessa natureza seria classificada como:
  - A) super-rígida
  - B) flexível
  - C) rígida
  - D) semi-rígida
12. O princípio, que consiste, basicamente, numa recomendação para que o operador do Direito, em caso de conflitos entre bens dotados de igual proteção constitucional, adote a solução que possibilite a realização de qualquer deles sem o sacrifício dos demais, denomina-se da:
  - A) unidade constitucional
  - B) concordância prática
  - C) eficácia plena
  - D) máxima efetividade
13. Assinale a alternativa abaixo que apresenta características essenciais ao Poder Constituinte Originário.
  - A) Inicial, incondicionado e superior
  - B) Secundário, condicionado e subordinado
  - C) inicial, condicionado e superior
  - D) Secundário, incondicionado e superior
14. Michael é um cidadão inglês naturalizado brasileiro que foi condenado por crime de tráfico de entorpecentes no Japão. Salim é um cidadão iraniano que pediu asilo ao Brasil por ter cometido crime de opinião em seu país, ao fazer oposição ao governo do Irã. Considerando que ambos residem no Brasil e



também o que dispõe a Constituição Federal de 1988 a respeito da extradição, assinale a alternativa correta:

- A) "Michael" e "Salim" poderão ser extraditados.  
B) "Salim" poderá ser extraditado porque o Brasil não concede asilo a estrangeiro que tenha cometido crime de opinião, mas "Michael" não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede a extradição de cidadão naturalizado brasileiro por prática de crime de tráfico de drogas.  
C) "Michael" não poderá ser extraditado porque o Brasil não prevê a possibilidade de extradição para brasileiros naturalizados e "Salim" não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede extradição por crime de opinião.  
D) "Salim" não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede extradição por crime de opinião, mas "Michael" poderá ser extraditado, ainda que o crime tenha sido praticado depois da naturalização.
- 15.** A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, considere as seguintes assertivas:
- I - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.  
II - São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.  
III - O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.  
IV - É livre a locomoção no território nacional, a qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- A) I, II, III e IV.  
B) II e III, apenas.  
C) I, II e III, apenas.  
D) I e III, apenas.
- 16.** Para se eleger prefeito de qualquer município brasileiro, deve o cidadão possuir idade mínima de
- A) 21 anos  
B) 18 anos  
C) 30 anos  
D) 35 anos
- 17.** De acordo com a CF, legislar sobre direito eleitoral é competência privativa da (o)
- A) Estado  
B) Município  
C) União  
D) Distrito Federal
- 18.** A competência para processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal é
- A) do Conselho Nacional de Justiça  
B) do Supremo Tribunal Federal  
C) dos Tribunais Regionais Federais  
D) do Superior Tribunal de Justiça
- 19.** O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral será
- A) nomeado pelo Presidente da República dentre quaisquer de seus membros.  
B) eleito dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal que o compõem.  
C) eleito dentre quaisquer de seus membros, pelo voto secreto.  
D) nomeado pelo Superior Tribunal de Justiça em lista tríplice por este elaborada.
- 20.** Dentre os legitimados a propor, perante o Supremo Tribunal Federal, a ação direta de inconstitucionalidade se inclui a(o):
- A) Presidente do Senado Federal  
B) mesa da Assembleia Legislativa  
C) Advogado-Geral da União  
D) Procurador-Geral de Justiça do Estado
- 21.** À luz do Código de Processo Civil vigente, os juízes e tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir:
- A) sentença e acórdão, obrigatoriamente;  
B) despacho, decisão interlocutória, sentença, decisão monocrática e acórdão, obrigatoriamente;  
C) sentença e acórdão, preferencialmente;  
D) despacho, decisão interlocutória, sentença, decisão monocrática e acórdão, preferencialmente.
- 22.** Segundo o CPC vigente, o juiz não deverá proferir decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Ressalva, todavia, algumas situações que o juiz pode decidir sem necessariamente ouvir a parte contrária, a saber:
- A) tutela provisória de urgência, algumas hipóteses de tutela de evidência e decisão inicial em ação monitória;  
B) decisão de desconsideração de pessoa jurídica, decisão de incidente de resolução de demandas repetitivas e decisão de assunção de competência;  
C) apenas decisões sobre tutela provisória de urgência;  
D) apenas decisões sobre tutela provisória de evidência.
- 23.** Sobre tutela provisória é INCORRETO afirmar:
- A) apode se fundamentar em urgência e evidência;  
B) sendo de urgência, pode ser requerida em caráter antecedente ou incidental;  
C) o juiz poderá determinar as medidas adequadas para seu cumprimento, observando as normas atinentes ao cumprimento provisório de sentença, no que couber;  
D) a tutela de urgência cautelar poderá se tornar estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.



- 24.** Assinale a assertiva correta, no que pertine ao rito comum do processo de conhecimento:
- A) a petição inicial poderá ser oferecida oralmente;
  - B) caso haja indeferimento liminar da inicial, o juiz profere decisão interlocutória, passível de agravo de instrumento;
  - C) quando o pedido do autor contrariar jurisprudência sedimentada, não havendo necessidade de dilação probatória, o juiz poderá julgar sumariamente improcedente o pedido do autor, independentemente de citação do réu;
  - D) após oferecida a defesa, as partes são convocadas para comparecer a audiência de conciliação ou a sessão de mediação.
- 25.** No que pertine à reconvenção e sua forma de ajuizamento é correto dizer:
- A) deve ser apresentada em peça autônoma, simultaneamente com a defesa;
  - B) o prazo para sua apresentação se inicia após encerrado o prazo de defesa;
  - C) deve ser apresentada no corpo da contestação e no prazo desta, ressalvada a apresentação em peça autônoma, caso não seja contestado o pedido do autor;
  - D) não houve qualquer modificação a respeito, se levada em consideração o regramento do CPC/73.
- 26.** Única modalidade de cumprimento de sentença que, à luz do CPC vigente, o juiz pode dar início de ofício:
- A) obrigação de pagamento de quantia certa;
  - B) obrigação de prestar alimentos;
  - C) obrigação de pagamento de quantia certa pela Fazenda Pública;
  - D) obrigação de fazer, não-fazer ou entregar coisa.
- 27.** Rito especial que passou a existir no CPC que recentemente entrou em vigor:
- A) consignação em pagamento;
  - B) possessória;
  - C) ações de família;
  - D) inventário e partilha.
- 28.** Incidente criado no CPC/2015 que visa uniformizar jurisprudência, quando diagnosticada efetiva repetição de processos sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica:
- A) incidente de resolução de demandas repetitivas;
  - B) incidente de assunção de competência;
  - C) incidente de desconsideração de pessoa jurídica;
  - D) incidente de conversão de ação individual em ação coletiva.
- 29.** No que toca ao inquérito policial, analise as seguintes assertivas:
- I - Constituí-se em procedimento preparatório da ação penal, de caráter judicial, conduzido pela polícia judiciária (regra) e voltado à colheita preliminar de

provas para apurar a prática de uma infração penal e sua autoria, o qual servirá para a formação da opinião delitiva do titular da ação penal.

II - Considerando a importância que o inquérito policial assume nas investigações criminais, pode-se afirmar que o mesmo é prescindível à propositura da ação penal.

III - O arquivamento indireto ocorre quando o titular da ação penal deixa de incluir na denúncia algum indiciado ou fato investigado sem explicitar qualquer motivação.

IV - No Brasil, dado seu valor probante, as provas colhidas na fase de inquérito policial jamais poderão ensejar a condenação de alguém.

V - Ao término do inquérito policial e de posse dos autos o membro do Ministério Público poderá oferecer denúncia, pedir novas diligências ou solicitar o arquivamento. Nesta situação, caso não concorde, o magistrado - no âmbito estadual -, poderá invocar o preceito contido no art. 28 do CPP, ocasião em que estará exercendo função anômala de fiscal do princípio da indisponibilidade da ação penal pública.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- A) I e III
- B) II e V
- C) II
- D) III e V

- 30.** Sobre o tema ação penal, analise as seguintes assertivas:

I - No estudo das condições da ação penal, a doutrina aponta a existência de condições genéricas e de condições específicas. Entre as primeiras, pode-se citar a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade das partes, interesse de agir e justa causa, sendo esta última aceita sem reservas pela doutrina, sobretudo depois de sua inserção no Código de Processo Penal.

II - As condições específicas da ação penal também são denominadas, por alguns estudiosos, de condições de procedibilidade, sendo exemplo das mesmas a requisição do ministro das relações exteriores, no caso de ação penal pública condicionada.

III - Quanto aos princípios que rege a ação penal pública pode-se dizer que para certa controvérsia acerca da aplicação do princípio da divisibilidade, amplamente aceita pela doutrina e o da indivisibilidade, amplamente aceito pela jurisprudência pátria, inclusive pelo STF.

IV - A ação penal basicamente se divide em ação penal pública e ação penal privada, sendo que a primeira se subdivide em incondicionada e condicionada. Por seu turno, a segunda subdivide-se exclusiva, personalíssima e subsidiária da privada.



V - Na ação pública condicionada é possível retratação. Porém, a doutrina majoritária não admite retratação da retratação.

Está correto o que se afirma em:

- A) I e III
- B) II e V
- C) III e IV
- D) Nenhuma resposta correta

**31.** A definição da competência processual penal possui regras previstas na Constituição Federal, no Código de Processo Penal e nas leis especiais. Sobre a competência, analise as seguintes assertivas:

I - Conforme a Constituição Federal, caberá ao STF julgar, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República, o Vice-presidente, os membros do Congresso Nacional, os Ministros de Estado, os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

II - No conflito entre foro determinado pela Constituição Federal, por prerrogativa de função e o foro material, definido para o tribunal do Júri no artigo 5º, XXXVIII, d, prevalecerá este último por ser garantia fundamental individual.

III - O foro por prerrogativa de função é sempre definido pela Constituição Federal, mas as constituições estaduais também podem conferir foro por prerrogativa.

IV - Os prefeitos devem ser julgados por Tribunal de Justiça Estadual, mas em cometimento de crimes federais deverão ser julgados pelo Tribunal Regional Federal.

V - Em casos de delitos cometidos em erro na execução e resultado diverso do pretendido a competência será determinada pela conexão.

Está correto o que se afirma em:

- A) I e II
- B) I e V
- C) III e IV
- D) II, III e IV

**32.** Se a decisão em um processo penal sobre a existência ou não de uma infração penal depender da solução de uma controvérsia reputada séria e fundada, o juiz

- A) poderá suspender o processo e o curso da ação penal em caso de dúvida quanto ao estado civil das pessoas, contudo determinando prazo razoável, que poderá ser prorrogado, antes realizando as provas urgentes, sem previsão legal para a suspensão do prazo prescricional.
- B) poderá suspender o processo e o curso da ação penal por prazo determinado para que a questão relaciona da ao estado civil das pessoas seja dirimida por sentença transitada em julgado, permitindo-se a realização de provas urgentes,

ficando igualmente suspenso o prazo prescricional.

- C) deverá suspender o processo e o curso da ação penal em caso de dúvida sobre qualquer matéria civil, permitindo-se a produção de provas urgentes, sempre visão legal para suspensão do prazo prescricional.
- D) deverá suspender o processo e o curso da ação penal até que a questão seja dirimida por sentença civil transitada em julgado sempre que a dúvida disser respeito ao estado civil das pessoas, ficando igualmente suspenso o prazo prescricional.

**33.** Em relação às testemunhas no processo penal, de acordo com o Código de Processo Penal:

- A) as cartas rogatórias só serão expedidas se demonstrada previamente a sua imprescindibilidade, arcando a parte requerente com os custos de envio.
- B) caso arrolado como testemunha, o Governador poderá optar por prestar depoimento por escrito.
- C) caso a testemunha seja arrolada pela defesa e esteja impossibilitada, por enfermidade, de comparecer para depor, o juiz determinará que a defesa substitua esta testemunha, sob pena de preclusão da prova.
- D) são proibidas de depor, ainda que desobrigadas pela parte interessada, as pessoas que, em razão da profissão, devam guardar segredo.

**34.** Enrolôncio, que responde a processo pela prática do delito de roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo e concurso de agentes, está preso preventivamente. Diante disso, é correto afirmar que:

- A) este delito não permite prisão domiciliar.
- B) a prisão preventiva pode ter sido decretada pelo juiz no curso da ação penal a requerimento do assistente.
- C) Enrolôncio pode ter ficado regularmente preso temporariamente por 60 (sessenta) dias.
- D) este delito é inafiançável.

**35.** Em relação ao procedimento relativo ao Tribunal do Júri, analise as seguintes assertivas:

I - Estão isentos do serviço do júri os cidadãos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos.

II - Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, absolverá sumariamente o acusado.

III - Não poderá servir o jurado que, no caso de concurso de pessoas, houver integrado o Conselho de Sentença que julgou o outro acusado ou tiver funcionado em julgamento anterior do mesmo processo, independentemente da causa determinante do julgamento posterior.

IV - A intimação da decisão de pronúncia será feita pessoalmente ao acusado, ao defensor nomeado ou constituído, e ao Ministério Público.





V - Contra a sentença de impronúncia caberá recurso em sentido estrito.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- A) I e II
- B) I e V
- C) III e IV
- D) III

**36.** Sobre os princípios da Administração Pública, assinale a opção incorreta:

- A) Caracteriza promoção pessoal, violando o princípio da impessoalidade a colocação, na inauguração de obra, de placa com nome de obra, data, governo e governante executor.
- B) A administração pública, em virtude do princípio da legalidade, pode alterar as condições de concurso público constantes do respectivo edital para adaptá-las à nova legislação, enquanto não concluído e homologado o certame.
- C) Dependendo das atribuições do cargo, o limite de idade para cargos públicos legitima-se na ordem constitucional brasileira em razão do princípio da isonomia.
- D) Se a lei exige exame psicotécnico para investidura em cargo público, a sua dispensa configura violação ao princípio constitucional da legalidade.

**37.** Governador de Estado nomeia para o cargo de Secretário correligionário investigado, pelo possível envolvimento em ilícitos penais, por Promotor de Justiça da comarca da capital, para assim lhe conceder prerrogativa de função no Tribunal de Justiça, afastando a competência dos órgãos de primeiro grau do Ministério Público e do Judiciário, atrasando, em conseqüência, a apuração do eventual crime. Nesse caso, nos termos expressos da legislação brasileira, o ato de nomeação é:

- A) válido, por constituir ato discricionário do Governador;
- B) anulável, por violação da moralidade;
- C) válido, por constituir ato político, insuscetível de controle judicial;
- D) nulo por desvio de finalidade.

**38.** Lei estadual estabelece que terras públicas do Estado, após serem regularmente avaliadas, devem ser vendidas diretamente aos seus ocupantes de longa data, sem licitação. Essa lei é:

- A) inconstitucional, por dispensar a licitação, exigida pela Constituição;
- B) inconstitucional, por dispensar a licitação, afrontando o princípio da isonomia;
- C) constitucional, porque no caso a licitação é inexigível;
- D) constitucional, porque a licitação é dispensável.

**39.** Com relação aos poderes administrativos, pode-se corretamente afirmar:

- A) A prerrogativa de que dispõe o Executivo para

ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo uma relação de subordinação, corresponde ao poder disciplinar.

- B) O poder regulamentar, que autoriza os Chefes dos Poderes Executivos a expedição de regulamentos para a fiel execução da lei, pode ser delegado.
- C) O poder de polícia autoriza a Administração a condicionar, restringir o uso e gozo de bens, atividade e direitos individuais, em prol da coletividade ou do próprio Estado.
- D) A discricionariedade permite que o Administrador público pratique o ato com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade, conteúdo e forma.

**40.** 5. Julgue os seguintes itens relativos aos contratos administrativos:

I – Por exigência constitucional, os contratos administrativos devem ser necessariamente precedidos de licitação;

II – Os contratos administrativos podem ser alterados unilateralmente pela administração, mesmo contra a vontade do contratante particular;

III – Ao contratado é garantida a manutenção do equilíbrio da equação econômico-financeira originariamente pactuada;

IV – No contrato administrativo, em regra, existem cláusulas exorbitantes do direito comum;

V – Em face do interesse público de evitar obras inacabadas, admite-se que os contratos administrativos recebam acréscimos em seu objeto, de até o dobro do ajuste inicial.

Assinale a opção correta:

- A) Os itens I e III estão corretos.
- B) Os itens II, III e IV estão corretos.
- C) Apenas o item I está incorreto.
- D) Os itens III e V estão incorretos.

**41.** Acerca do Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, instituído pela Resolução TRE-PI nº 258/2013, é CORRETO afirmar que:

- A) suas normas aplicam-se a servidores efetivos e ocupantes de cargos comissionados, mas não a estagiários e colaboradores, uma vez que não se pode exigir o cumprimento dos mesmos padrões de conduta por pessoas que não integram os quadros do Tribunal.
- B) tem por objetivo estabelecer, na forma da lei, regras básicas relativas aos conflitos de interesses e restrições às atividades profissionais posteriores ao exercício do cargo.
- C) explicita os princípios e normas éticos que regem a conduta dos servidores e a ação institucional, mas não dispõe sobre a apuração de irregularidades por meio de sindicâncias, por se tratar de matéria afeta à lei ordinária, qual seja, a Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos



- Civis da União).
- D) estabelece a Visão, a Missão, os Objetivos e os Valores Institucionais do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.
- 42.** Acerca das premissas éticas fundamentais a serem observadas pelos servidores do TRE/PI no exercício de seu cargo ou função, é CORRETO afirmar que:
- A) o respeito e o decoro constituem premissas éticas de observância compulsória dos servidores, por estarem definidos em norma interna do Tribunal, mas não a honestidade e a dignidade, por se tratar de conceitos subjetivos e indeterminados.
- B) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a transparência não constituem premissas éticas fundamentais expressamente previstas no Código de Ética, embora devam nortear os atos dos servidores por se tratar de princípios constitucionais aplicáveis a todo o Serviço Público.
- C) o aprimoramento profissional não figura entre as premissas éticas fundamentais, uma vez que cabe a cada servidor, no exercício de deliberação de foro íntimo, optar pela participação ou não em eventos de capacitação, não podendo ser obrigado pela Administração a aprimorar suas competências profissionais.
- D) a neutralidade político-partidária é uma das premissas éticas fundamentais cuja inobservância pode ensejar a pena de demissão, não somente por violação a preceito ético, mas por afronta à vedação contida no Código Eleitoral, quanto ao exercício de atividade partidária por servidores de qualquer órgão da Justiça Eleitoral, quando comprovado tal exercício.
- 43.** Acerca dos direitos e deveres dos servidores do TRE/PI, estabelecidos no Código de Ética (Resolução TRE-PI nº 258/2013), é CORRETO afirmar que:
- A) o servidor tem o direito de estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões, exceto para discutir aspecto controverso em instrução processual, por se tratar de matéria afeta exclusivamente ao poder de apreciação e decisão do Juiz Eleitoral.
- B) o servidor não tem o direito de ser cientificado, prévia e diretamente, sobre exoneração de cargo em comissão, por se tratar de cargo demissível ad nutum, portanto de livre nomeação e destituição, a qualquer tempo, pelo gestor público.
- C) é obrigatória, por disposição expressa do Código de Ética, a utilização de crachá de identificação funcional do servidor, enquanto estiver nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.
- D) o Código de Ética não expressa, como dever do servidor, o de apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício do cargo ou função, embora as normas de etiqueta social devam ser observadas, com base nos costumes locais, e sirvam de orientação para que o servidor

adote trajes apropriados à sua boa imagem, bem como da instituição judiciária onde serve.

- 44.** Ao servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, de acordo com o Código de Ética instituído pela Resolução TRE-PI nº 258/2013, é vedado:
- A) o exercício da advocacia administrativa, salvo para atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas, quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro, bem como para atuar como defensor dativo de servidor indiciado revel, hipótese em que deverá estar devidamente designado pela autoridade instauradora do processo.
- B) o exercício da advocacia, exceto em causa própria e nas ações judiciais em que a União não figure como parte.
- C) manter sob subordinação hierárquica direta, em cargo em comissão ou função comissionada, parente ou afim, até o terceiro grau, companheiro ou cônjuge, salvo se o subordinado for servidor efetivo do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.
- D) receber qualquer tipo de presente, em razão de seu cargo ou função, mesmo em se tratando de brindes sem valor comercial.
- 45.** Acerca da Comissão Permanente de Ética e de Sindicância do TRE/PI, de que trata o Código de Ética instituído pela Resolução TRE-PI nº 258/2013, NÃO É CORRETO afirmar que:
- A) poderá arquivar ex officio as denúncias sem identificação do denunciante.
- B) é irrecusável a prestação de informações por parte de servidor convocado pela Comissão, sob pena de abertura de sindicância ou instauração de processo administrativo disciplinar.
- C) após a realização de sindicância, se o relatório concluir pela existência de falta ética, a Comissão Permanente de Ética e de Sindicância submeterá o feito ao Presidente, o qual determinará, no prazo de cinco dias úteis do recebimento, a devolução dos autos à mesma Comissão, para prosseguimento dos trabalhos, doravante destinados à instrução de Processo Administrativo Disciplinar.
- D) somente por despacho fundamentado, poderá o Presidente do TRE/PI manifestar-se contrário à decisão da Comissão Permanente de Ética e de Sindicância.
- 46.** Nos termos do Regimento Interno do TRE/PI, aprovado por meio da Resolução TRE/PI nº 107/2005, marque a alternativa incorreta:
- A) Compete ao Tribunal Regional Eleitoral processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e de injunção contra os seus atos, de seu Presidente e respectivos Juizes, bem como de membros do Ministério Público Eleitoral.
- B) Compete ao Tribunal Regional Eleitoral julgar os recursos interpostos contra atos, decisões



ou despachos do Presidente, do Relator e do Corregedor Regional.

- C) Compete ao Tribunal Regional Eleitoral processar e julgar, originariamente, o registro e o cancelamento do registro dos candidatos a Governador, a Vice-Governador, ao Congresso Nacional e à Assembleia Legislativa.
- D) Compete privativamente ao Tribunal Regional, nas eleições gerais, federais, estaduais e municipais, constituir comissão apuradora composta por três de seus membros efetivos, presidida pelo Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral.

**47.** Considerando as disposições da Resolução TRE/PI nº107/2005, Regimento Interno do TRE/PI, marque a alternativa correta.

I – As funções do Corregedor Regional Eleitoral não serão desempenhadas pelo Vice-Presidente do Tribunal.

II – Compete ao Presidente do TRE/PI homologar o resultado de concurso público para provimento de cargos da Secretaria do Tribunal.

III – O Tribunal reunir-se-á, ordinariamente, em sessões semanais, em número de oito mensais, às segundas e às terças-feiras, a partir das oito horas, salvo no período eleitoral, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação do Presidente ou do próprio Tribunal.

IV – O Tribunal deliberará com a presença de, no mínimo, cinco de seus membros, além do Presidente, devendo contar com a presença do Procurador Regional Eleitoral.

- A) Há uma alternativa correta.  
B) Há duas alternativas corretas.  
C) Há três alternativas corretas.  
D) Todas as alternativas estão corretas.

**48.** Sobre o Regimento Interno do TRE/PI (Resolução TRE/PI nº107/2005), marque a alternativa correta.

- A) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, dependem de despacho do juiz relator do processo.
- B) A Ação de Impugnação de Mandato Eletivo e o Recurso Contra Expedição de Diploma sujeitam-se à revisão, sendo revisor o Juiz que se seguir ao Relator na ordem crescente de antiguidade no Tribunal.
- C) Quando se tratar de julgamento dos processos de recurso contra expedição de diploma ou que importe em perda de mandato; ação de impugnação de mandato eletivo e seus recursos; que importem declaração de inelegibilidade, salvo os relativos a registro de candidatura; e, relativos a infrações apenas com reclusão, inclusive revisões criminais, cada parte terá o prazo improrrogável de trinta minutos para sustentação oral na Corte do TRE/PI.
- D) Os Juízes não poderão modificar seus votos,

depois de proclamado o resultado do julgamento na Corte do TRE/PI, salvo em se tratando de erro material.

**49.** Sobre o Regimento Interno do TRE/PI (Resolução TRE/PI nº107/2005), marque a alternativa incorreta.

- A) São isentos de custas os processos, certidões e quaisquer outros papéis fornecidos para fins eleitorais, ressalvadas as exceções legais.
- B) Proclamado o resultado do julgamento pelo Presidente do TRE/PI, serão os autos conclusos ao Relator para a lavratura do Acórdão ou Resolução, no prazo de dez dias.
- C) As decisões da Corte do TRE/PI que importem cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas somente poderão ser tomadas com a presença de todos os seus membros, e, havendo impedimento de algum juiz, deverá ser convocado suplente da mesma classe.
- D) O Tribunal poderá, especialmente, em datas de relevância cívica, histórica e cultural para as sedes e termos das zonas eleitorais, realizar, nos municípios correspondentes, sessões ordinárias ou extraordinárias itinerantes, as quais dará ampla publicidade, observando, para a publicação da pauta respectiva, o prazo mínimo de dez dias antes da sessão.

**50.** Considerando as disposições da Resolução TRE/PI nº107/2005, Regimento Interno do TRE/PI, marque a alternativa correta.

I – Os processos de competência da Corregedoria Regional Eleitoral que devam ser apreciados pelo Tribunal serão registrados na respectiva classe processual e distribuídos pela Secretaria Judiciária ao Corregedor Eleitoral, devendo a tramitação dos respectivos feitos ser processada pela Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral.

II – Independência de pauta os julgamentos relativos a processos cujos julgamentos foram suspensos em sessão anterior, os relativos a registro de candidatos, mandados de injunção, pedidos de habeas corpus e habeas data, consulta plebiscitária, embargos de declaração, agravo regimental e processos de impugnação ou anulação de urnas.

III – Não é admitida sustentação oral no julgamento de agravos, embargos de declaração, consultas, arguição de suspeição, arguição de impedimento e conflito de competência.

IV – Encerrada a discussão, o Presidente tomará os votos, a partir do Relator, seguindo-se a este o Revisor, se houver, o Vice-Presidente, o Juiz Federal e os demais Membros, observando-se, quanto a estes, a ordem decrescente de antiguidade.

- A) Há uma alternativa correta.  
B) Há duas alternativas corretas.  
C) Há três alternativas corretas.  
D) Todas as alternativas estão corretas.

